



GOVERNANÇA CORPORATIVA: Trajetória e Benefícios para a economia brasileira

Thamires Antunes Schuster¹
Michelle Freitas²

RESUMO

Com o avanço do processo de globalização durante a década de 1990, e a abertura de capital das empresas para o mercado internacional, a gestão precisou se adaptar ao surgimento de exigências que até o momento não existiam. Era comum a utilização de contabilidade criativa nos relatórios da administração, visando um melhoramento da real situação corporativa, e tal prática foi substituída pela confiabilidade, exigida pelos futuros investidores e acionistas, e trazida pelas práticas de Governança Corporativa. Neste estudo objetiva-se realizar uma pesquisa bibliográfica de caráter descritivo, visando explicar como esse processo de adaptação foi absorvido pelas organizações brasileiras. Além da atualização das organizações perante as exigências internacionais, os métodos utilizados pela Governança Corporativa trazem inúmeras vantagens a todos os envolvidos no ambiente econômico. Neste estudo foi abordado também o papel fundamental do auditor no processo de obtenção de confiabilidade. Durante o exposto, observa-se a íntima relação entre a contabilidade, Governança Corporativa, controle interno e auditoria.

Palavras-chave: Governança Corporativa; Auditoria; Confiabilidade.

RESUMEN

Con el avance del proceso de globalización durante la década de 1990, y la apertura de capital de las empresas al mercado internacional, la gestión necesitó adaptarse al surgimiento de exigencias que hasta el momento no existían. El uso de la contabilidad creativa en los informes de la administración, con el fin de mejorar la situación corporativa real, ha sido sustituida por la confiabilidad, exigida por los futuros inversores y accionistas, y traída por las prácticas de gobierno corporativo. En este estudio se pretende realizar una investigación bibliográfica de carácter descriptivo, buscando explicar cómo ese proceso de adaptación fue absorbido por las organizaciones brasileñas. Además de la actualización de las organizaciones ante las exigencias internacionales, los métodos utilizados por el Gobierno Corporativo traen innumerables ventajas a todos los involucrados en el ambiente económico. En este estudio se abordó también el papel fundamental del auditor en el proceso de obtención de confiabilidad. Durante lo expuesto, se observa la íntima relación entre la contabilidad, el gobierno corporativo, el control interno y la auditoría.

Palabras clave: Gobernanza Corporativa; auditoría; Fiabilidad.

INTRODUÇÃO

Após a maior aproximação entre os países durante o auge da globalização, entre as décadas de 1980 e 1990, as relações comerciais consequentemente também foram abrangidas por tal revolução. A inicialização da abertura de capital das empresas começaria a

¹ Graduanda em Bacharelado em Ciências Contábeis pela Faculdade do Vale do Juruena – AJES. Juína-MT - Brasil. E-mail: schusterthamires@gmail.com

² Michelle Freitas. Bacharel em Administração. Especialista em Marketing Empresarial. Professora dos cursos de Ciências Contábeis e Administração da Faculdade do Vale do Juruena – AJES. Juína-MT – Brasil. E-mail.: Michelle.fts@hotmail.com



desencadear uma série de novos estudos e aprimoramentos por parte destas, pelo fato de que quanto maior a quantidade de SA's (Sociedades Anônimas) maior também seria a concorrência. A busca incessante por novos investidores e acionistas torna a disputa entre as empresas acirrada, e cada atitude tomada traz consequências essenciais (KREUZBERG E VICENTE, 2018).

A partir da década de 1990, a governança corporativa começou a fazer parte da gestão das empresas de capital aberto. Em 2001, após o escândalo envolvendo as empresas norte americanas Enron e WorldCom, este termo da contabilidade passou a ter mais visibilidade no mercado. As empresas mencionadas anteriormente utilizaram a contabilidade criativa em suas demonstrações, escondendo de seus investidores sua real situação, fato que culminou em prejuízos bilionários a estes. Embasando-se em tal acontecimento, o governo americano criou a Lei Sarbanes-Oxley (SOX) como ferramenta para o controle dos atos praticados pelas organizações, visando um maior controle no sistema contábil e a minimização de riscos para acionistas e investidores (CREPALDI E CREPALDI, 2016).

A influência da Lei norte americana chegou ao sul do continente. Em 27 de novembro de 1995, foi criado no Brasil o Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC), com o intuito de “contribuir para o desempenho sustentável e influenciar os agentes da sociedade no sentido de mais transparência, justiça e responsabilidade.”³ Como forma de potencializar a importância da utilização da governança corporativa, o IBGC certifica conselheiros e candidatos a este cargo demonstrando que estes possuem competências e habilidades específicas para assumirem tal cargo, valorizando-os perante o mercado nacional.⁴

Com o aumento dos níveis organizacionais dentro das empresas e com a maior abertura de capital nas bolsas de valores, a gestão torna-se uma ferramenta cada vez mais precisa. Como as SA's em sua grande maioria são geridas por pessoas que não são proprietárias, o nível de confiança por parte dos acionistas e investidores perante a gestão da empresa é algo frágil. Como se trata de investimento, o sentimento de confiança não é material o suficiente para a tranquilidade. Como forma de adaptação, as empresas começam a utilizar formas de governança que visam um maior nível de confiabilidade. Uma das ferramentas utilizadas pelos *stakeholders* é a técnica de auditoria, que revisa o trabalho realizado pela administração, dando um parecer confiável ou não à forma como a empresa foi gerida em determinado exercício (NOSE, *et al*, 2017).

O objetivo desta pesquisa é coletar dados de artigos científicos, regimentos e livros, que esclareçam a trajetória e os benefícios que a Governança Corporativa (GC) possui no Brasil. Como no ambiente econômico em que estamos inseridos, toda informação é de extrema importância, é essencial que estas tenham base confiável, pois tal fator determina como a empresa será vista perante os *stakeholders*. Durante o artigo, vários tópicos são abordados, sendo estes intrínsecos no tema GC.

1. REFERÊNCIAL TEÓRICO

1.1 CONTABILIDADE

A partir do momento em que o gestor de uma empresa não conseguia apenas controlá-la guardando tudo em sua mente, e com a expansão do comércio, fez-se necessário o surgimento de uma nova ciência capaz de auxiliar a administração da organização: a contabilidade. Ela é uma ciência social que utiliza de métodos quantitativos para gerar

³<https://www.ibgc.org.br/ibgc/o-ibgc>

⁴<https://www.ibgc.org.br/ibgc/o-ibgc>



informações úteis para a tomada de decisão (SILVA E VIEIRA, 2015). A contabilidade objetiva o controle do patrimônio da entidade. Esse domínio é praticado através da coleta, armazenamento e processamento de dados obtidos que de alguma maneira influenciam este patrimônio. Tais dados são, em sua maioria, mensurados na moeda corrente do país (PADOVEZE, 2018).

Quando a organização se inicia, na maioria das vezes há poucos funcionários e setores, o que facilita o comando por parte do grupo de controle, que normalmente são os fundadores da empresa. Esse grupo transmite os objetivos e monitora as ações realizadas pelos gestores, e quando há irregularidades, estas são percebidas e corrigidas imediatamente. Conforme a estrutura organizacional vai se expandindo, a observação passa a ser mais difícil, fazendo com que o grupo de controle perca sua capacidade de observação. Isso abre espaço para o cumprimento ou não dos objetivos da organização, resultando no “problema de agência”, momento em que os gestores tomam decisões de maneira individual, visando vantagens pessoais, fator que pode acarretar em efeitos negativos para a organização (OYADOMARI, *et al*, 2018).

O conflito de agência é mais frequente em empresas que possuem a propriedade mais expandida (com vários níveis organizacionais), em países como Estados Unidos e Inglaterra. No Brasil, como grande parte da propriedade é concentrada (poucos níveis organizacionais), esse problema só surge quando tal propriedade começa a se expandir, a partir do surgimento de novos acionistas, investidores e herdeiros. Baseada nessa problemática de gestão surgiu o termo Governança Corporativa, que se tornaria uma ferramenta de extrema relevância para deixar de lado esses conflitos de interesses.⁵

A Lei 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976 foi a primeira lei brasileira criada para regimentar a contabilidade nacional. Em seus artigos ela dispõe sobre as sociedades por ações (motivo pelo qual tal lei é também chamada de Lei das SA's). O primeiro artigo explana que a organização ou S.A. terá seu capital dividido em ações, e as responsabilidades dos acionistas/sócios serão limitadas à quantidade de ações que estes possuem⁶. A partir desta expansão acionária, a confiabilidade por parte dos acionistas para com a empresa não se baseia apenas em um conceito abstrato. Torna-se necessária uma gestão de qualidade e relatórios mostrando o que realmente está sendo feito por tal gestão (SILVA, MADEIRA, ASSIS, 2004). Tal legislação também determina que todas as sociedades anônimas devem possuir um Conselho de Administração (OLIVEIRA, 2015).

O Conselho de Administração é um órgão que promove análise, debates e toma decisões a respeito dos assuntos de uma organização. É preciso que os conselheiros possuam capacitação e elevada interação profissional, baseando seus atos em normas e procedimentos formalizados. Sua estrutura organizacional é composta por um grupo que estabelece os objetivos a serem traçados e a direção a ser tomada. Determina as responsabilidades de cada conselheiro e como ocorrerá a tomada de decisão de maneira individual e coletiva. Por fim, determinam e consolidam o modelo de gestão da organização, visando a proteção de seu patrimônio e o aumento do retorno dos investimentos dos acionistas (OLIVEIRA, 2015).

A evolução da contabilidade caminha ao lado da evolução econômica. Após o surgimento da globalização e posteriormente a abertura do capital das organizações, o cenário comercial passou a ter uma esfera internacional. As normas contábeis de cada país precisariam passar por um processo de atualização, para que investidores/acionistas de outros países comesçassem a entender como funciona o sistema contábil interno. A convergência das

⁵<https://www.ibgc.org.br/ibgc/o-ibgc>

⁶http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm



normas contábeis foi desenvolvida pela *International Accounting Standards Board* (IASB), unindo normas contábeis de qualidade, compreensíveis, exequíveis e aceitáveis globalmente⁷.

A Lei 11.638/2007 foi criada com o objetivo de atualizar a até então lei das SA's vigente no Brasil. A modernização desta lei tem como foco também a convergência das normas brasileiras ao parâmetro internacional, visando transparência e comparabilidade das demonstrações contábeis brasileiras para com os demais países. O aumento da qualidade dessas informações ampliou o ramo de atuação das empresas nacionais, pois com a organização e possíveis acionistas/investidores “falando a mesma língua” a conexão entre estes dois atores do ambiente econômico torna-se inevitável (JUNIOR, *et al*, 2018).

Promulgada em 28 de dezembro de 2007, a Lei 11.638 teve como principal impacto a harmonização da legislação brasileira para com as normas internacionais de contabilidade. Os aspectos mais relevantes são a obrigatoriedade da publicação da Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração do Valor Adicionado, sendo a segunda obrigatória a todas as SA's. A conta de Lucros e Prejuízos Acumulados foi substituída por Prejuízos Acumulados, sendo que os lucros adquiridos ao final do exercício social são remanejados com base no estatuto da corporação⁸.

A contabilidade é uma ferramenta que analisa e explana em forma de relatórios as demonstrações contábeis da organização, com o objetivo de fornecer informações úteis para a tomada de decisão. Para que tais informações sejam úteis, as demonstrações precisam possuir características qualitativas, sendo elas: compreensibilidade, relevância, materialidade, confiabilidade, representação adequada, primazia da essência sobre a forma, neutralidade, prudência, integridade e comparabilidade. As demonstrações contábeis (com exceção da Demonstração do Fluxo de Caixa) são baseadas conforme o regime de competência, no qual as transações que acontecem na organização são reconhecidas no momento em que ocorrem (CPC 00).

As técnicas contábeis são utilizadas para registrar ou levantar os fatos contábeis. A escrituração é a primeira etapa, onde ocorre o registro dos fatos administrativos em seus respectivos livros contábeis (Diário, Razão, etc.). As demonstrações contábeis são a representação de forma técnica da evidenciação dos fatos patrimoniais (Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado do Exercício, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas etc.). Por fim, o contador promove a análise das demonstrações contábeis ou financeira, demonstrando qual a real situação financeira e patrimonial da empresa. Em algumas organizações também é utilizada a auditoria, uma técnica que tem como objetivo revisar os procedimentos feitos pelo contador da empresa para verificar se tais atos cumprem os preceitos traçados legalmente (VICECONTI e NEVES, 2017).

1.2 GOVERNANÇA CORPORATIVA

Em meados dos anos 80 foi lançado o primeiro estudo sobre os conceitos básicos de Governança Corporativa, escrito por Robert Monks. Foi trabalhando para o governo estadunidense que ele percebeu que os acionistas de fundos de pensão não utilizavam seu direito a voto. Sugeriu que uma empresa em que os acionistas fossem ativos, estes tomariam melhores decisões. Ele criou o conceito baseado nos princípios de senso de justiça (*fairness*), conformidade legal (*compliance*), prestação responsável de contas (*accountability*) e transparência (*disclosure*) (GONZALEZ, 2012).

⁷<https://cfc.org.br/tecnica/assuntos-internacionais/>

⁸ <http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/novaleicontabil.htm>



Rossetti e Andrade (2018) expandem o significado dos princípios estabelecidos por Monks. Senso de Justiça é a equidade nos resultados e na presença em assembleias entre os acionistas, independentemente de seu montante nas ações. Conformidade Legal trata do cumprimento das normas e estatutos internos e externos. Prestação Responsável de Contas da organização baseada nas práticas contábeis e de auditoria. Transparência refere à clareza das informações, principalmente das que causam maior impacto na empresa, tanto no resultado quanto nas oportunidades e riscos. Tais princípios fundamentam os códigos de boas práticas usados pelos responsáveis da governança corporativa na organização.

A partir do aumento da complexidade das organizações, o principal (acionista) vê a necessidade de delegar poder a um agente (gestor). O principal contrata o agente, e este age em nome do principal. Como, na maioria dos casos, os objetivos do gestor e do principal são distintos, e o principal não possui mais o controle total da empresa, pode ser que ele não receba todas as informações do gestor, este fato é chamado de assimetria da informação, ou seja, uns tem mais informações que outros (ASSUNÇÃO, DE LUCA, VASCONCELOS, 2017).

Com o crescimento das organizações, faz-se necessária a delegação de tarefas aos gestores, e para que a obtenção de tal poder não resulte em aspectos negativos é preciso que seja feito um controle interno das operações. A Governança Corporativa (GC) pode ser entendida basicamente como um conjunto de técnicas que visa o melhor relacionamento entre a direção, o conselho de administração e os acionistas. A GC proporciona incentivos e monitoramento como forma de averiguar se o comportamento adotado pelos gestores condiz com os interesses dos acionistas. Como consequência, esse plano de ações ajuda no melhor desempenho da organização, auxiliando não só em seu crescimento como também em seu nível de confiabilidade (LEITÃO, *et al*, 2017).

É baseada nos conflitos de interesse e influência de forma decisória na tomada de decisão por parte da administração. Procura diminuir a assimetria informacional que possa existir dentro da organização entre os gestores e os *stakeholders*. Vale ressaltar que a Governança Corporativa pode ser utilizada por qualquer empresa que busque melhorar a comunicação interna e externa, seja ela uma organização de caráter privado ou público. A utilização de boas práticas de GC melhora a atuação da empresa, cria valor, sucesso e promove sua continuidade, baseando-se num processo gerencial e de controle equilibrados. A utilização desta ferramenta torna a organização estável perante o mercado econômico (RIBEIRO, 2014).

Existem dois tipos de GC, o anglo-saxão concentrado nos Estados Unidos e no Reino Unido, e o nipo-germânico utilizado no Japão, Alemanha e em grande parte dos países da Europa continental. No primeiro modelo, a propriedade é pulverizada e a liquidez das ações é medida através da bolsa de valores, fator que minimiza o risco dos acionistas. O objetivo geral é criar valor para os acionistas (*shareholders*). Já o nipo-germânico possui uma maior concentração da propriedade, sendo as ações acionárias de longo prazo. Neste gênero o que prevalece é a busca pelo equilíbrio entre os interesses dos acionistas e os dos demais interessados na organização, como os empregados, clientes, fornecedores e a sociedade como um todo (*stakeholders*) (SILVA, 2014).

Em uma empresa que visa uma boa governança corporativa é necessário que sejam utilizados alguns mecanismos externos. A proteção legal é a primeira ferramenta que os acionistas e os credores possuem, ela define como estes podem contestar e buscar seus direitos, no momento em que observam certo abuso por parte dos controladores da organização. O segundo mecanismo é o temor dos executivos de perderem seus empregos em virtude da aquisição da empresa por parte de outro investidor. A fiscalização dos agentes de



mercado, terceiro instrumento, visa à maior transparência da organização, fato que leva os executivos a tomarem decisões que aumentem o valor desta. Por fim, para não inviabilizar as operações ou aumentar o risco de falência, os executivos devem equilibrar as decisões de investimento e endividamento, tendo como base a estrutura de financiamento da empresa (FIORINI, ALONSO JUNIOR, ALONSO, 2016).

Para uma boa GC, também é necessário que sejam adotadas ferramentas internas. A mais importante é o conselho de administração, utilizado como garantia de que as decisões tomadas pelos controladores são feitas visando à obtenção de aumento do valor acionário das ações, protegendo os direitos dos acionistas. Outro fator é o sistema de remuneração, quando esta está atrelada ao desempenho os interesses dos executivos e dos acionistas ficam alinhados, minimizando os problemas de agência. Em empresas com grande concentração acionária, o acionista majoritário normalmente monitora e cobra o desempenho dos executivos, podendo em alguns casos levar a decisões prejudiciais aos acionistas minoritários. Entretanto, em organizações com sistema acionário disperso, o monitoramento por parte dos acionistas é reduzido, dando margem de poder aos executivos (FIORINI, ALONSO JUNIOR, ALONSO, 2016).

1.3 CONTROLE INTERNO

Entende-se como controle interno o conjunto de ferramentas utilizadas para controlar as atividades operacionais, verificar problemas que precisam ser avaliados pela administração, e indicar, quando necessário, a correção dos atos praticados na organização visando seguir a missão traçada pelos gestores. De forma resumida, é a verificação de que a empresa está ou não seguindo as metas e regras pré-estabelecidas. O método de controle interno analisa fatos passados verificando se eles podem afetar de maneira positiva ou negativa o futuro da organização, sendo aplicado no presente, se necessário, o reajuste de tais fatos (LORENZONI e VIEIRA, 2013).

O controle interno também pode determinar métodos para evitar falhas durante os processos da organização, acompanhando a realização das tarefas, e procurando evitar erros (intencionais ou não), garantindo a confiabilidade nos dados utilizados nas demonstrações contábeis, e consequentemente dando maior segurança aos tomadores de decisão. O papel dos controladores não é gerir a empresa, mas sim, dar suporte adequado e de confiança para que os gestores possam tomar decisões baseadas em informações com qualidade (LORENZONI e VIEIRA, 2013).

O departamento de controladoria visa garantir informações de qualidade aos gestores, para a tomada de decisão, buscando a eficácia da gestão. Para o cumprimento de tal finalidade, este setor deve possuir os objetivos a curto e longo prazo da organização, podendo assim, estabelecer os caminhos e verificar se as metas traçadas estão sendo atingidas. Deve-se também controlar se os resultados alcançados estão de acordo com os padrões estabelecidos. As informações transmitidas às partes interessadas devem ser preparadas, analisadas e interpretadas de maneira eficiente, tornando-as úteis para quem às analise. De maneira geral, o *controller* deve analisar tudo o que interfere e pode vir a interferir na organização, trazendo seguridade às partes interessadas (FIGUEIREDO e CAGGIANO, 2017). O profissional do ramo de controladoria bem capacitado deve possuir conhecimento de contabilidade e finanças, entender sobre técnicas de planejamento, organização e controle. Saber sobre os principais conceitos de tecnologia da informação, conhecimento do mercado de forma geral, saber administrar conflitos organizacionais. Deve conhecer também boas técnicas para



apresentação de ideias e saber se comunicar e exercer o papel de motivador (SCHMIDT e SANTOS, 2009).

O controle interno é subdividido em administrativo e contábil. O primeiro visa garantir que as operações da empresa sejam realizadas de maneira correta, e que haja qualidade nas informações e documentos processados no sistema contábil. O controle contábil tem como função a observação da qualidade dos registros e das demonstrações contábeis. Mesmo com um setor de controladoria dentro da organização, ainda há a possibilidade de que existam informações errôneas, que não condizem com as normas pré-estabelecidas. Para que essas informações não sejam levadas em consideração na tomada de decisão, há outra etapa capaz de dar confiabilidade a esses dados, de maneira a dar segurança aos tomadores de decisão; a auditoria (PEREZ JUNIOR, 2012).

1.4 AUDITORIA

Não há consenso entre os historiadores a respeito da data exata e de quem inventou a auditoria, porém muitos acreditam que esta passou a ter grande importância a partir da expansão ultramarina (séculos XV e XVI) e durante a Revolução Industrial (século XVIII). No primeiro fato histórico, a criação de navios expedidores usava grandes quantidades de investimento por pessoas físicas e pelo governo. A exploração de novas terras e de novas rotas marítimas acarretou na necessidade da proteção do patrimônio dos investidores. A expansão do capitalismo, a partir da Revolução Industrial, impulsionou a criação de novas indústrias, fábricas e comércios no exterior. A distância territorial entre os proprietários e investidores desses negócios, fez com que terceiros fossem delegados para auditar os resultados empresariais (PEREIRA, 2018).

Almeida (2018) explica que, com a transação do capital da empresa fechado (grupos familiares) para a abertura de capital (sociedades anônimas), surgiu a necessidade de expansão da organização, tanto na parte física quanto no aprimoramento das técnicas utilizadas pelos gestores, visando uma maior competitividade perante o mercado. Como contrapartida, as empresas precisariam de um fluxo muito grande de dinheiro, que na maioria das vezes não possuíam. Fez-se necessária então a captação de recursos de terceiros, seja através de obtenção de empréstimos ou a abertura de seu capital social para a comercialização de suas ações.

Entretanto, os investidores precisavam obter conhecimento a respeito de como estava à situação da empresa na qual seriam aplicados seus recursos. Para a obtenção de respostas, as demonstrações contábeis da organização precisariam ser analisadas. Mas como ter a garantia de que tais demonstrações não possuíam informações manipuladas? Os futuros investidores começaram a exigir então, que tais demonstrações fossem analisadas por uma pessoa capacitada que não tivesse relação interna com a organização a ser estudada. O profissional que emite esse parecer acerca das demonstrações contábeis da empresa é o auditor externo ou auditor independente (ALMEIDA, 2018).

A auditoria é uma técnica que consiste no levantamento de dados, análise e avaliação das transações ocorridas em uma organização. Seu objetivo é aumentar o grau de confiança das demonstrações contábeis, através de um parecer emitido por um auditor que dá sua opinião a respeito de tais demonstrações, mencionando se estas foram feitas de acordo com a estrutura de relatório financeiro. Para a realização do relatório, o auditor deve ter uma segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes, sejam elas apenas erros (ato não intencional) ou fraudes (ato intencional). Quando essa



segurança é obtida, o risco de auditoria é reduzido a um nível baixo, dando maior seguridade aos usuários das demonstrações contábeis (NBC TA 200 R1, 2016).

A auditoria é classificada de acordo com a forma de intervenção, podendo ser interna ou externa. Os trabalhos feitos pelo auditor interno são determinados pela gerência, sendo utilizados para assegurar a eficiência do funcionamento do controle interno e do sistema contábil, dando exatidão aos fatos apresentados à gestão. Sua responsabilidade é voltada para os gestores, tornando sua independência de certa forma limitada. Acompanha as rotinas diárias da organização, observando se as normas internas estão sendo cumpridas. O auditor externo realiza seu trabalho com base nas normas estabelecidas no país ou requeridas por lei específica. Seu relatório se direciona a terceiros (acionistas, investidores, fisco), e explana a real situação contábil da organização em determinada data. Como não possui ligação trabalhista com a organização, o auditor externo tem total independência. Os métodos por ele utilizados visam à observação do cumprimento das normas nacionais ou legislação específica (CREPALDI e CREPALDI, 2016).

Devido à grande responsabilidade, para se tornar um auditor independente é necessário que tal candidato seja formado em Ciências Contábeis e tenha certidão de aprovação no exame de qualificação técnica estabelecido pelo Conselho Federal de Contabilidade. Outra exigência é o registro do candidato junto a Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os relatórios emitidos pelo auditor e demais documentações utilizadas neste processo, devem ser guardados em bom estado por no mínimo cinco anos, a contar a partir da data de emissão do relatório. Tais documentos devem ser mantidos em local seguro e sob sigilo, podendo ter informações divulgadas apenas por autorização expressa da entidade ou via ordem judicial (LINS, 2017). O auditor independente é submetido a cada quatro anos a uma revisão externa, realizada por outro auditor externo (registrado na CVM), que visa a análise do cumprimento das normas técnicas e profissionais. Essa avaliação garante a qualidade do trabalho prestado pelos auditores (NBC PA 01, 2009).

2. METODOLOGIA

A partir do objetivo proposto pelo estudo, foi realizada uma pesquisa bibliográfica nas bases Google Acadêmico, *SciELO (Scientific Electronic Library Online)*, *SPELL (Scientific Periodicals Electronic Library)* e na biblioteca digital da Faculdade do Vale do Juruena (AJES), usando as palavras-chave “contabilidade”, “Governança Corporativa”, “controladoria”, “assimetria informacional”, “auditoria”. O espaço temporal de publicação foi de 2005 a 2018, período em que o tema tomou força na esfera econômica e acadêmica, principalmente após escândalos financeiros em grandes companhias. O assunto foi abordado na forma de pesquisa exploratória, com abordagem de caráter qualitativo e as ideias foram exposta de forma descritiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a expansão territorial e quantitativa das organizações após a Revolução Industrial (século XVIII), houve um grande aumento do capitalismo. A distância entre o acionista e a empresa física, fez com que fossem delegadas funções de confiança na gestão de tais empresas, dando ao gestor um papel de extrema importância para a continuidade e andamento da organização. A partir do momento em que o proprietário se “separa” da empresa, surge à assimetria da informação. Um termo utilizado para descrever que um membro possui mais informações que outro.



Quando esta situação ocorre, o acionista/investidor não tem segurança para tomar decisões baseando-se apenas nas demonstrações contábeis fornecidas pelos gestores. Como forma de dar segurança nessa tomada de decisão, as empresas estão usando a Governança Corporativa como ferramenta em sua gestão. Esta técnica visa uma melhor relação entre o principal e o agente, tornando a relação entre estes, mais harmoniosa. Além da GC, pode ser utilizado também o controle interno, que ajuda a controlar e garantir que os objetivos estabelecidos pela organização estão sendo cumpridos.

Essas ferramentas dão maior segurança ao principal na tomada de decisão, porém, quando a organização necessita de investimentos de terceiros a GC e o controle interno não são o bastante. Como os investidores visam um retorno futuro dos recursos aplicados, eles precisam ter certa segurança a respeito da organização, como por exemplo, se ela conseguirá pagar os investimentos adquiridos, ou proporcionar um bom retorno aos acionistas. Nesses casos, são contratados auditores independentes, que analisam as demonstrações apresentadas pela empresa, e posteriormente emitem um relatório dizendo que as informações contábeis apresentadas condizem ou não com a realidade financeira da organização. Com o relatório dos auditores em mãos, os futuros investidores/acionistas decidem a respeito de fazer parte ou não da organização.

É importante ressaltar, que a utilização da Governança Corporativa e da controladoria não é um ato voltado apenas para as empresas de grande porte ou de capital aberto. Uma organização preocupada com seu futuro deve ter garantias de que os objetivos traçados sejam realizados, para que as metas que foram estipuladas possam ser cumpridas. Quando a empresa tem como foco abrir seu capital no futuro, é interessante que comece a aplicar esses conceitos em sua gestão, de forma a se atualizar de acordo com que o mercado está exigindo.

Em um ambiente econômico acirrado como o que se apresenta atualmente, qualquer tropeço de uma organização pode se tornar seu fim. Deve-se estar sempre um passo à frente de seus concorrentes, seja na qualidade de seus produtos/serviços, no seu atendimento etc. Quando o crescimento organizacional depende de investimentos de terceiros ter as demonstrações com bom nível de confiança em tempo hábil para os investidores, pode ser crucial para que este invista em sua empresa e não em seu concorrente. Vale ressaltar que essas técnicas são muito úteis não só para a obtenção de novos investimentos, mas também para a melhor gestão da organização. Saber qual a real situação da empresa é de extrema importância para o principal, afinal, é com informações confiáveis e precisas que este verifica se os caminhos traçados estão sendo cumpridos, e caso não estejam, sejam feitas correções no que há de errado, diminuindo o risco ao máximo de possíveis prejuízos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Auditoria: abordagem moderna e completa**. 8.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

ASSUNÇÃO, R. R; DE LUCA, M. M. M; VASCONCELOS, A. C. de. Complexidade e Governança Corporativa: uma análise das empresas listadas na BM&FBOVESPA. **Revista Contabilidade e Finanças**. v. 28, n. 74, p. 213-228, 2017.

BRASIL. Conselho Federal de Contabilidade. **Assuntos Internacionais**. Disponível em: <<https://cfc.org.br/tecnica/assuntos-internacionais/>> Acesso em 28 de fevereiro de 2018.



CPC 00, 2008. **Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis.** Disponível em:

<http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/455_CPC00%20Pronunciamento.pdf> Acesso em: 14 de março de 2018.

CREPALDI, S. A; CREALDI, G. S. **Auditoria Contábil: teoria e prática.** 10.ed. São Paulo: Atlas, 2016.

FIGUEIREDO, S; CAGGIANO, P. C. **Controladoria: teoria e prática.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2017.

FIORINI, F. A; ALONSO JUNIOR, N; ALONSO, V. L. C. Governança Corporativa: conceitos e aplicações. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia.** 2016.

GONZALEZ, Roberto Sousa. **Governança Corporativa: o poder de transformação das empresas.** 1. ed. São Paulo: Trevisan, 2012.

IBGC – INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA. O **IBGC.** Disponível em: <<https://www.ibgc.org.br/ibgc/o-ibgc>> Acesso em 21 e 22 de fevereiro.

JUNIOR MARIA, E. M; *et al.* Adequação de empresas do mercado de capitais ao CPC 28 (Propriedades Para Investimento). **Gestão e Regionalidade.** v. 34, n. 100, p.146-150, 2018.

KREUZBERG, F; VICENTE, E. F. R. Para Onde Estamos Caminhando? Uma análise das pesquisas em governança corporativa. v. 23, n. 1, p. 45-47, 2018.

LEITÃO, M. S; *et al.* Governança Corporativa Internacional: uma análise das principais experiências. **Augusto Guzzo Revista Acadêmica.** São Paulo, v.1, p. 173-194, 2017.

LINS, Luiz dos Santos. **Auditoria: Uma Abordagem Prática com Ênfase na Auditoria Externa.** 4.ed. São Paulo: 2017.

LORENZONI, R; VIEIRA, E. T. V. O Controle Interno e a Auditoria como Ferramenta de Desenvolvimento nas Micro e Pequenas Empresas. **Revista Gestão e Desenvolvimento em Contexto.** v. 1, n.1, p. 118-132, 2013.

LUNELLI, Reinaldo Luiz. **A Nova Lei Contábil.** Disponível em:

<<http://www.portaldecontabilidade.com.br/tematicas/novaleicontabil.htm>> acesso em: 05 março de 2018.

NBC PA 01, 2009. **Controle de Qualidade para Firmas (Pessoas Jurídicas e Física) de Auditores Independentes.** Disponível em:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/RES_1201.pdf> Acesso em: 23 de março de 2018.

NBC TA 200 R1, 2016. **Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria.** Disponível em:

<[http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200\(R1\).pdf](http://www1.cfc.org.br/sisweb/SRE/docs/NBCTA200(R1).pdf)> Acesso em 23 de março de 2018.



NOSI, E. T; *et al.* Comunicação no Processo de Implantação da Governança Corporativa em Empresas. **Revista Metropolitana de Governança Corporativa.** v.2, n. 1. p. 03-18, 2017.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Governança Corporativa na prática.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 2015.

OYADOMARI, J. C. T; *et al.* **Contabilidade Gerencial: ferramentas para melhoria de desempenho empresarial.** 1.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

PADOVEZI, Clóvis Luis. **Manual de Contabilidade Básica: contabilidade introdutória e intermediária.** 10.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

PEREIRA, Alexandre Demetrius. **Auditoria das Demonstrações Contábeis.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

PEREZ JUNIOR, José Hernandez. **Auditoria de Demonstrações Contábeis: normas e procedimentos.** 5.ed. São Paulo: Atlas, 2012.

ROSSETTI, J. P; ANDRADE, A. **Governança Corporativa: fundamentos, desenvolvimentos e tendências.** 6.ed. São Paulo: Atlas, 2018.

SCHMIDT, P; SANTOS, J. L dos. **Fundamentos de Controladoria.** 17.ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Andre Luiz Carvalhal da. **Governança corporativa e sucesso empresarial: melhores práticas para aumentar o valor da firma.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

SILVA, C. B. A; MADEIRA, G. J; ASSIS, J. L. F. **Harmonização de Normas Contábeis: um estudo sobre as divergências entre Normas Contábeis Internacionais e seus reflexos na contabilidade brasileira.** v. 1, n. 1, p. 02 a 10, 2004.

SILVA, M. A; VIEIRA, E. T. V. Auditoria Interna: uma ferramenta de gestão dentro das organizações. **REDECA.** v.2, n.2, p. 1-20, 2015.

VICECONTI, P. E. V; NEVES, S das. **Contabilidade Básica.** 17.ed. São Paulo: Saraiva, 2017.